

# Após seis anos, caso Marielle Franco avança em passos importantes para a sua resolução

---

Por Katarine Costa · 20/03/2024

Apesar das inúmeras tentativas de obstrução, momento é de esperança para família e sociedade civil

Marinete da Silva, mãe da vereadora Marielle Franco - Foto: Antônio Cruz/ Agência Bra

Marinete da Silva, mãe da vereadora Marielle Franco - Foto: Antônio Cruz/ Agência Brasil

Em 14 de março de 2018, o Brasil foi atingido com a chocante e cruel notícia do assassinato da então vereadora, Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes, alvejados por tiros na região central da cidade do Rio de Janeiro. Marielle, mulher negra, bissexual, favelada e defensora dos direitos humanos, havia sido democraticamente eleita e representava (como ainda hoje), uma política institucional alinhada à democracia, o que significava uma verdadeira ameaça poder patriarcal e conservador que domina a política institucional. Seis anos após o crime, as investigações ainda têm muito o que responder. “Quem mandou matar Marielle Franco? É uma pergunta que segue sendo feita pela sociedade no Brasil e no mundo.

Atualmente, o processo contra os executores Roni Lessa e Élcio de Queiroz (que estão presos há cinco anos, mas de forma preventiva) acontece na esfera estadual do Rio de Janeiro e está em vias de ter seu julgamento marcado por meio de júri

popular. Já a investigação sobre os mandantes, bem como a motivação do crime, que se encontra na esfera federal, sendo liderada pela Política Federal e Ministério Público Federal teve um novo e importante capítulo em 19 de março. O atual ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Levandovski anunciou a homologação da delação premiada de Roni Lessa que se compromete a entregar os nomes das pessoas mandantes.

A federalização da investigação aconteceu, com a posse do governo Lula, que firmou um compromisso público na figura do então Ministro da Justiça, Flávio Dino, em solucionar o caso. Recentemente, a imprensa brasileira havia publicado vazamento de áudio de um depoimento que sinalizava a participação no crime de uma pessoa com foro privilegiado, ou seja, alguém atua direta e ativamente no poder público, o que despertou preocupação. “Essa informação vaza antes de qualquer formalização ou homologação oficial e antes mesmo do conhecimento da família, que soube da história pela própria imprensa. Isso é ruim, pois atrapalha as tratativas. Nossa preocupação é de que esse vazamento foi provocado por alguém de dentro do sistema, o que nos traz um alerta sobre as instituições e as pessoas que nela estão”, afirma Rhaysa Ruas, gestora do Instituto Marielle Franco.

Apesar da preocupação, Rhaysa destaca que a sociedade civil nunca esteve tão perto de saber quem é (ou quem são) o mandante e a motivação do crime. Nos seis anos dessa complexa investigação, que mais parece um quebra cabeça de 5 mil peças, como caracteriza a gestora, muitas foram as tentativas de obstrução, falsos testemunhos para despistar, e trocas constantes em quem comandava a investigação (foram cinco, de 2018 a 2022). Um contexto de extrema fragilidade e preocupação com a resolução do assassinato.

“Ainda assim, é um momento de muita esperança. Claro que não é o ideal, porque são seis anos sem respostas precisas. Mas é importante dizer que estamos melhor

do que estávamos antes. Já passamos por muita coisa e pela primeira vez estamos mais confiantes no compromisso com a verdade. Neste 14 de março de 2024, focamos nossas ações para o agendamento do júri dos executores, além de realizarmos um trabalho de conscientização da opinião pública, para fortalecer o desejo de justiça, diante o conservadorismo da extrema direita que segue tentando desqualificar a imagem de Marielle”, afirma Rhaysa.

Até este momento, todas as pessoas investigadas no caso têm, ou tiveram, um papel de trabalho em órgãos do estado. Vale dizer que o Brasil tem um histórico de não condenação de agentes do estado, como comprova a ditadura militar, o racismo estrutural e o genocídio da população negra. Diante disso se torna fundamental a pressão da sociedade brasileira na luta por justiça por Marielle Franco e Anderson Gomes.